

## O LARGO DO RATO — PLACA DISTRIBUTIVA DE LISBOA — ESPAÇO DE VÁRIOS ESPAÇOS

por

NESTOR DE SOUSA

Assistente da Universidade dos Açores

A situação demográfica de um país é factor essencial das suas transformações económicas e sociais. Determiná-la no passado, é veículo para uma melhor compreensão destas no presente. Todavia, a evolução da população portuguesa, ainda que num passado não muito remoto, como é o decurso do século XVIII e a primeira década de oitocentos, chega-nos assás imprecisa em termos de variações, manchas de distribuição, taxas de natalidade ou de mortalidade, de casamentos ou outras.

Por falta de estudos sistemáticos e completos dos arquivos paroquiais, são reduzidos os dados que possuímos. Porque nos censos de 1732 a 1820, incidindo sobre fogos, pessoas de confissão ou maiores de sacramento, os quantitativos obtidos só com reservas podem ser aceites. Porque as informações transmitidas pelos párocos se apresentam falhas de rigor, quando não propositadamente falseadas e, mesmo quando honestamente transmitidas, muitas vezes são vagas e resultantes de aproximação calculada, nelas se omitindo franjas de população como os membros da Igreja, os militares, pessoas em estabelecimentos de assistência ou prisionais.

No entanto, com os dados ao nosso alcance, embora pecando por defeito, podemos admitir, para o período referido, que houve um regular crescimento da população portuguesa, mais acelerado, contudo, antes do século XIX, passando ela de um pouco mais de dois milhões de habitantes em 1758, para quase três milhões cerca de 1798, atingindo os 3.100.000 à volta de 1820.

Mas enquanto esta população no território continental se distribuía mais regularmente pela província, Lisboa registava um insignificante crescimento demográfico, em 1780 com os mesmos 150.000 habitantes, ou «50.000 vizinhos»<sup>1</sup>, que contava antes do terremoto de 1755, número que se eleva nos fins do século XVIII para cerca de 180.000 e para 200.000 no fim da segunda década de oitocentos.

Lisboa, que ao findar o século XVI era tida como a maior e a mais importante cidade da Península, mais populosa que Roma, Florença, Antuérpia, Amesterdão e outras<sup>2</sup>, em quase dois séculos, ou seja, de 1619 a 1801, apresenta o insignificante crescimento de 21 %, sendo ultrapassada no decurso de setecentos por Madrid, descendo, no conjunto das capitais europeias, para a condição de cidade de segunda ordem.

A cidade expandira-se no século XVII, crescendo para norte, poente e sul ao longo da primeira metade do século seguinte. Todavia, ainda neste, ela continuava estreitamente estendida pela margem direita do Tejo, com o maior adensamento do seu casario encerrado nas muralhas fernandinas, emaranhando-se as ruas numa teia orgânica sem obediência a qualquer plano urbanístico de conjunto. Quer dizer, sendo um facto o aumento territorial de Lisboa, ele não pode, no entanto,

---

<sup>1</sup> Ver Joel Serrão, *Temas Oitocentistas*, Lisboa, 1978, II, pp. 245-247. José-Augusto França, in *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, 1977, apresenta quantitativos diferentes para a população de Lisboa no período referido.

<sup>2</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, 1971, p. 28.

admitir-se ao tempo, com correspondência a um sentido de urbanização porque determinado, sem dúvida, por situações ocasionais.

É dentro deste contexto, portanto, que se deverá entender a criação em 14 de Maio de 1741 de uma nova freguesia — a de Santa Isabel — por desmembramento das freguesias de Santos, S. Sebastião da Pedreira e S. José, quando era Patriarca de Lisboa o cardeal D. Tomás de Almeida.

Inicialmente com paróquia «na Ermida de S. Ambrozio, junto ao Mosteiro do Rato», os seus 1460 fogos distribuíam-se «começando p<sup>1</sup>a ponte de Alcantara, (...) margem oriental do rio, (...) orta navia, e dahy aos Prazeres, todo o Campo de Ourique, e arco do Carvalhão, S. João dos Bem-Cazados, Campolide, Val de Pereiro, p<sup>a</sup> da rua, e travessa do Salitre, rua da Fabrica da Ceda, Collegio dos Nobres, Patriarchal; rua de S. Bento, e da Estrella, Senhor Jezus da Boa morte; rua da Fonte Santa até as Necessid.<sup>es</sup>, ficandolhe dentro desta circunfer<sup>a</sup> a rua (...) Cotovia de Sima, traveça do Pombal; rua de S. Isabel; rua do Sol, rua do Norte, largo do Rato, rua das Agoas Livres (...) rua do Monte Olivete, rua da Penha de França, (...) e Val de Pereiro»<sup>3</sup>.

Como freguesias confinantes, as da Ajuda, Benfica, Santa Catarina, Encarnação, S. José, Mercês, Santos e S. Sebastião da Pedreira.

A história de uma cidade, porém, não se resume ao seu crescimento espacial ou demográfico. Porque a História, tal

---

<sup>3</sup> Francisco Santana, *Lisboa na 2.ª Metade do séc. XVIII (Plantas e Descrições das suas Freguesias)*, Lisboa, pp. 10-11. Ver também Augusto Vieira da Silva, *As Freguesias de Lisboa*, p. 61. Fernando Portugal e Alfredo de Matos, *Lisboa em 1758 — Memórias Paroquiais*, Lisboa, 1974. Joaquim José Ventura da Silva, *Descrição Topográfica da Nobilíssima cidade de Lisboa (...)*, p. 37, indica a freguesia de Santa Isabel instituída em 1741 com sede paroquial na ermida de Santo António «junto ao Mosteiro das Freiras no sítio do Rato», ao contrário de todos os outros autores que referem Santo Ambrósio.

como a definiu F. Braudel, «é uma dialéctica da duração» e a natureza e funções do conceito de cidade conferem estatuto de centro de actividades múltiplas (comerciais, industriais, administrativas, políticas e culturais), a história de uma cidade tem de ver-se, necessária e essencialmente, nas transformações que sofreu e na correspondente incidência social. Mas social no sentido mais amplo; como fenómeno total; por conseguinte, com plena integração dos factos artístico e cultural, também eles, em si mesmo, fenómenos totais, englobando as fases de criação e de utensia.

Definindo-se os espaços da cidade, há pois que lhes estabelecer, não apenas a sua ocupação física, mas também a funcionalidade e correlativa carga ideológico-simbólica, o que determina, obviamente, o entendimento dos sinais artísticos que pontuam esses espaços, numa pluridisciplinaridade de análises formais e de conteúdo. Deste modo, histórico e sociológico interpenetram-se como uma só realidade a apreender.

O cataclismo de 1 de Novembro de 1755 tornou Lisboa, em grande parte, um montão de escombros. Por via disso, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro conde de Oeiras e marquês de Pombal, déspota iluminado e ministro todo-poderoso de D. José, definiu-lhe um novo espaço, tendo como polarizadores da reconstrução o quinhentista Terreiro do Paço, transformado em praça real sob a designação só aparentemente paradoxal da Real Praça do Comércio, e o velho e popular Rossio. Entre estes dois pólos desencadeou-se o rigor geométrico de uma primeira e verdadeira malha urbana, clara no dinamismo rítmico dos seus traçados, a despeito de uma quase monotonia volumétrica e da modéstia arquitectónica dos alçados e recortes decorativos.

A penetração faz-se para norte, mas limitadamente, já que o Passeio Público lançado por Pombal em 1760, sob risco de Reinaldo Manuel, encerra o limite da reconstrução nessa direcção, não prevendo o projecto de Eugénio dos Santos eixos de expansão mais profundos. É a Baixa tradicional, destruída na sua maior parte, que está em causa. Executou-se uma recons-

trução levando-a, para norte, aos limites urbanos que, ao tempo, praticamente definiam Lisboa.

Se as circunstâncias económicas e os efeitos da catástrofe podem explicar que assim se tenha procedido, essa explicação completa-se, sem dúvida, pela fraca expressão e diminuto crescimento demográfico do Valverde para cima.

Esta, a situação que a prática revelou, mau grado a prolongada demora de execução do plano pombalino, arrastado muito para além da morte do ministro de D. José, entrando pelo século XIX adiante, pois que o Rossio só entre 1834 e 1845 viu completado o levantamento dos prédios do lado ocidental, por imposição de Joaquim Bonifácio, presidente da Câmara, e o Arco Triunfal da rua Augusta teve de esperar até 1873 para o seu coroamento actual, mas sob projecto diferente, e infeliz, de Veríssimo J. da Costa e Calmels<sup>4</sup>.

A nível de idealizações ou utopias urbanísticas, não se deixou, é certo, logo em 1756, de se manifestar a necessidade de favorecer a urbanização para noroeste e leste do Valverde. A implantação, porém, do já referido Passeio Público, quebrava a continuidade prática do que fora projectado para a Baixa, determinando, por muito tempo, a situação de suburbanos a todos os sinais que pontuavam as áreas a norte do espaço definido por aquela tão aristocrática quanto por muito tempo inútil alameda.

Considerados, «grosso modo», os limites urbanos de Lisboa quando se põe em execução o plano da sua reconstrução, passemos, pois, ao objectivo que nos propomos — o Largo do Rato — tentando determinar-lhe a evolução à luz dos conceitos atrás sumariamente definidos.

---

<sup>4</sup> Ver José-Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, Lisboa, 1966, I, pp. 325-328. Do mesmo autor é fundamental a obra *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Liv. Bertrand, Lisboa, 1977.

O LARGO SETECENTISTA : ZONA SUBURBANA  
DA CIDADE PRÉ-POMBALINA E POMBALINA

No século XVI o Rato era «um terreiro natural, ou eirado, largo ou simples logradouro» envolvido por vasta área rural com quintas e caminhos rudimentares, genericamente designada por Campolide, zona suburbana de Lisboa que descia até Santos e Alcântara.

Como logradouro dos arrabaldes da cidade assim se mantinha nos começos do século XVIII, mas agora a coberto de outra designação ampla — Cotovia — nome que permaneceu ao longo do século XIX. É só a partir de 1736 que a palavra Rato passará a significar, dentro deste topónimo genérico, o espaço em forma de triângulo irregular «com o vértice para o poente», que se estendia em declive de norte para sul, servido por tortuosos e estreitos caminhos de serventia, envolvido por quintas, hortas e terrenos bravios<sup>5</sup>.

Do lado norte, compreendida entre a rua das Amoreiras, travessa da Fábrica das Sedas, terras a sul do pátio do Geraledes e Vale de Pereiro, era a grande quinta de D. Helena, mulher de D. Rodrigo de Aro Farinha, fidalgo da Casa Real. Aí tinha o casal sua morada de casas, talvez situada no Alto de S. Francisco, que corresponde à área «entre a travessa de S. Francisco de Sales, a calçada da Fábrica da Louça [actual Bento da Rocha Cabral] e a rua de S. Felipe Neri», portanto, muito próximo do actual largo.

A morte da proprietária, já viúva, em Fevereiro de 1755, a quinta era terreno inculto e bravo, tendo passado para a posse dos Oratorianos por insolvência de dívidas de D. Rodrigo Farinha, mas sob condição, após autorização régia, «de deixar

---

<sup>5</sup> Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, 1938-39, XI, p. 11. Gustavo de Matos Sequeira, *Depois do Terramoto*, III, p. 377.

rua pública para serventia dos moradores, com largura para passarem duas carruagens»<sup>6</sup>.

Além desta Quinta de D. Helena, o Rol dos Confessados da freguesia de Santa Isabel refere outras quintas, como a «dos Padres Quentais [ou Oratorianos], a do Carpinteiro e a do Desembargador», designações de imprecisa localização mas que, segundo Matos de Sequeira, e pelo que respeita à dos Oratorianos, deveria confinar com a de D. Helena, devendo eles possuí-la desde os primeiros anos de setecentos<sup>7</sup>.

Do lado sul, entre as actuais ruas da Imprensa Nacional, Escola Politécnica, largo do Rato e rua de S. Bento, eram terrenos pertencentes a D. Rodrigo de Noronha e Meneses, entroncado por casamento na família dos Soares, senhores desde 1669 do Morgado da Cotovia. Foi no casarão destes Soares Noronha, para o efeito arrendado, que em 1768 se instalou a Imprensa Régia.

Edifício de origem quinhentista conhecido por Solar à Cotovia ou ao Pombal, dele nada resta, pelas sucessivas transformações e adaptações que foi sofrendo, a última das quais de 1904 a 1907<sup>8</sup>.

#### ORIGEM DO TOPÓNIMO RATO

Sobre a génese do nome Rato aplicado ao largo, são múltiplas as versões que nos chegam. De todas, porém, a que se afigura mais verosímil, segundo Matos de Sequeira, é a que a faz remontar ao segundo padroeiro do Convento das freiras trinitárias, Luís Gomes de Sá e Meneses, filho de Luís Nunes Coronel e de sua mulher D. Francisca de Sá e Meneses, dos Meneses de Penaguião, por alcunha o Rato, e que foi

---

<sup>6</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, pp. 433-437.

<sup>7</sup> *Idem*, *ib.*, p. 438.

<sup>8</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, p. 25.

casado com D. Teresa de Portugal, irmã do primeiro conde de Avintes, filha de António de Almeida, comendador de Lordosa, e de sua mulher, D. Madalena de Almeida, da casa dos Condes da Torre. Porque ao Convento se referiam geralmente como o convento do Rato, ainda mesmo por concluir, daqui teria alastrado a designação ao espaço que, como logradouro rural, se estendia à sua frente<sup>9</sup>.

Todavia, para o mesmo investigador, esta designação, de 1742 a 1745 aplicava-se às casas do largo, às da rua que em 1769 começou a chamar-se Direita do Rato (lado sul do actual largo) e às das vizinhanças, «variando de ano para ano a área abrangida por ela», até se fixar depois de 1760<sup>10</sup>.

Norberto de Araújo e Pastor de Macedo comungam da opinião de Matos de Sequeira sobre a origem do topónimo, acrescentando este último que Luís Gomes de Meneses, o Rato, faleceu em 1 de Novembro de 1665, visto o seu enterramento constar no dia seguinte no Livro de Óbitos da igreja de S. Roque<sup>11</sup>.

#### O CONVENTO DAS TRINAS DE CAMPOLIDE OU DO RATO, EVOCADO A NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

Situado sobre o poente do largo do Rato, foi instituído por Manuel Gomes de Elvas, nascido em 1550 na então vila de que tomou o nome, fidalgo da Casa Real, mas filho ilegítimo do primeiro Correio-Mor, Luís Gomes de Elvas ou Luís Gomes de Elvas Coronel, que o teve de Isabel Vaz, escrava mourisca

<sup>9</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, III, pp. 292-301.

<sup>10</sup> *Idem*, *ib.*, pp. 379-380.

<sup>11</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, p. 11. Luís Pastor de Macedo, *Lisboa de lés a lés — Subsídios para a história das vias públicas da cidade*, C. M. de Lisboa, 1968, IV, pp. 110-111. Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga — O Bairro Alto*, V, 3.<sup>a</sup> ed., p. 123, também admite o topónimo da alcunha de um antigo fidalgo de apelido Meneses.

de Gonçalo de Pina, sendo casado com uma sua parente de nome Brianda Nunes da Ponte.

Bastardo embora, Manuel Gomes de Elvas foi homem principal da sua terra, fidalgo da Casa de D. João III, negociante de grosso trato e, conseqüentemente, homem de teres e haveres, o que lhe permitiu fazer erigir aquele convento à sua custa, dotando-o com 3.000 ou 3.500 cruzados anuais, para o que instituiu dois morgados em dois parentes próximos.

Queria assim, é legítimo supô-lo, fazer prova de cristão convicto, numa época em que essa situação não era para desprezar, apesar da posição social de que disfrutava.

Feita petição ao rei, Filipe II deferiu-a por alvará de 15 de Maio de 1614, constando a instituição do convento no testamento do fundador, lavrado em 29 de Junho de 1620.

Do risco, foi encarregado o architecto régio Baltasar Álvares<sup>12</sup>.

Manuel Gomes de Elvas morreu, porém, em Novembro de 1621 sem que a obra tivesse sido iniciada ou, se o fora, estando no começo, visto que as 40 religiosas, «sem dote, escolhidas pelos administradores vinculares», só em 1633 tomaram posse da instituição, sem contudo iniciarem clausura, o que só se verificaria, segundo Júlio de Castilho, em 1721. Acrescenta ainda este investigador, que as obras «pararam em 1654, e só recommçaram em 1672, por diligência de Manuel Correia de Lacerda, administrador do vínculo, baseando-se para tal em inscrição existente sobre uma das portas do pátio, conforme notícia colhida do Jornal do Comércio de 10 de Setembro de 1884<sup>13</sup>.

Sobre o acabamento das obras, as fontes consultadas não são precisas nem coincidentes. Assim, Norberto de Araújo, dando-as recommçadas em 1675, situa a sua conclusão em 1721,

---

<sup>12</sup> Gustavo de Matos Sequeira. *ob. cit.*, III, pp. 294-299. Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga — O Bairro Alto*, V, pp. 127-131.

<sup>13</sup> Júlio de Castilho, *ob. cit.*, V, pp. 132-133.

por diligências do cardeal patriarca D. Tomás de Almeida, certamente por nesse ano se ter iniciado a clausura, como acima se referiu <sup>14</sup>. Matos de Sequeira, por sua vez, reportando-se ao Suplemento ao Summario de Christovam Rodrigues de Oliveira, de 1755, informa que o Convento do Rato, em 1704, fora hospital de sangue dos soldados ingleses ao serviço do Arquiduque Carlos da Áustria e que, terminada a Guerra da Sucessão, o edificio ficara desabitado até 1722, ano em que as trinas o ocuparam e em que passou a ser da invocação de Nossa Senhora dos Remédios <sup>15</sup>.

Sobre o que tivessem sido a planta e as formas arquitectónicas do Convento, nada de concreto foi possível apurar. Mas, tomando como certo que o risco foi da autoria de Baltasar Alvares, não é de admitir, contudo, que tivesse sido respeitado, tão demoradas foram as obras de edificação.

No testamento, o instituidor impunha aos herdeiros que o edificassem «com a maior grandeza» e que, logo que pronto, o seu corpo fosse trasladado do Convento do Carmo «para o meio da capela-mor».

Vieira da Silva, a partir de um desenho aguarelado que datou de entre 1767 a 1769, dá-nos o convento das freiras do Rato como de «extensa frontaria», tendo a fachada da igreja «3 janelas, sendo as laterais em quarto de círculo», elementos por demais escassos para que sobre eles se possa avançar uma opinião caracterizadora da sua organização estrutural <sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, p. 12.

<sup>15</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, III, p. 293.

<sup>16</sup> Augusto Vieira da Silva, *Dispersos*, II, p. 179.

SINAIS DE VIDA ACTIVA  
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII

Voltemos, porém, ao largo do Rato propriamente dito e à sua situação setecentista, retomando, como apoio, o que refere Matos de Sequeira sobre a variação da área a que aquela designação se applicava antes de 1760.

Daqui pode inferir-se um certo crescimento e dinamismo de utensia do largo e zonas limítrofes.

O documento de 1736 onde pela primeira vez surge a designação de Rato como topónimo — Rol dos Confessados da freguesia de Santos — refere «as casas novas do Rato», em número de três, voltadas para o pátio do Convento e para a rua do mesmo nome, integrando-se os seus moradores na freguesia de Santos-o-Velho até 1739, ano em que passaram para a paróquia de Santa Catarina até à criação da freguesia de Santa Isabel.

Casas modestas, sem dúvida, porque, como moradores, tinham um tal José de Carvalho, taberneiro, um sapateiro e um barbeiro, conhecido este por mestre Pedro Fernandes Matoso, por ser mestre-escola ou equivalente, visto ser dado como mestre de meninos.

Embora no largo propriamente dito houvesse apenas três fogos, o Rol dos Confessados de 1740 a 1741 dá-nos mais moradores: o sargento-mor João Massê, tido por herege, sua mulher Ana Pearson e um filho, Carlos Massê; o médico italiano dr. Cristóvão Orónsio de Abalos; uma família espanhola de nome Superbiella, artífices da colónia fabril; um barbeiro, um sapateiro, um ferrador e um estanqueiro<sup>17</sup>.

O mesmo Rol, mas referente apenas ao ano de 1739, indica ainda como moradores diversos outros estrangeiros, registados como alemães, entre os quais o celebrizado architecto Carlos

---

<sup>17</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, III, pp. 377-378.

Mardel, um dos obreiros da reconstrução, sua mulher, sogra e cunhada, respectivamente Margarida Mardel, Maria Ochinfe e Leonor Ochinfe.

Sobre esta família Mardel, Matos de Sequeira traz-nos a curiosa informação de que ali morou durante muitos anos «nas casas que tornejavam da rua do Rato para São Bento, hoje desaparecidas», e que eram «conhecidas pelas casas da Parreira»<sup>18</sup>.

Pelo que respeita aos arruamentos vizinhos, em 1742 eram habitados por 48 famílias, com 206 pessoas, população que continuou a aumentar anualmente, ao mesmo tempo que no Pátio das Freiras (mencionado pela primeira vez no Rol dos Confessados de Santa Isabel de 1743), na rua e quintas próximas (a dos Oratorianos e a de D. Helena), se iam fixando as famílias dos operários que trabalhavam no Aqueduto das Águas Livres, enquanto que em 1747 aparece um primeiro telheiro para 18 operários no meio do próprio largo<sup>19</sup>.

Estamos, pois, nesta primeira metade do século XVIII, perante um espaço que, sem deixar de ser popular e rural, comporta no entanto uma assás significativa amplitude sociológica, caracterizadora da utilização prática que ao local vinha sendo dado por motivo do avanço da grandiosa obra joanina do Aqueduto como pela política mercantilista ensaiada. Delineia-se já um certo cariz urbano, pela natureza de acções pontuais que não por obediência a um plano de urbanização.

A medida que o sítio crescia demograficamente, desenvolvia-se o largo do Rato como local de comércio em numerosas barracas, tendas e mesas ao ar livre, ocupando o seu centro, além de bastantes estabelecimentos de negócio nas casas que corriam da rua do Salitre ao começo das Amoreiras e à de S. Bento, nesta década de quarenta parcialmente chamada da «Nova Colónia».

---

<sup>18</sup> Idem, ib., pp. 385-386.

<sup>19</sup> Idem, ib., p. 380.

Num Manifesto em que se inscreviam 120 retalhistas aderentes a novo processo de anúncio de vendas, registam-se «retalhistas do Rato», nomeadamente o celebrado confeitiro Manuel do Rego Pavia, um vendedor de bacalhau e um merceeiro. Outros mais poderiam existir naturalmente, sem que, todavia, tivessem aderido ao contrato daquele Manifesto <sup>20</sup>.

Pavia tinha o seu estabelecimento no n. 15 da rua do Rato, continuando a fama dos seus produtos nos seus sucessores ao longo do século XIX <sup>21</sup>.

A origem deste comércio parece, pois, poder explicar-se pela construção do referido Aqueduto e sua Mãe de Água, como por um começo de industrialização.

Animado pelas transacções que nele se realizavam, o largo do Rato não o era menos pelo grande número de pessoas que diariamente acorriam ao chafariz, aí levantado desde 1744, mas que, na sua forma actual, segundo Norberto de Araújo, data de 1794, mutilado embora na parte superior em consequência de um motim ocorrido em 7 de Fevereiro de 1927 <sup>22</sup>.

Situado no largo junto ao muro dos jardins do palácio Palmela, formando ângulo recto com a rua da Escola Politécnica e com a do Salitre, na vizinhança do edifício da desaparecida Fábrica das Sedas, o chafariz do Rato é constituído por um estreito e pouco profundo tanque assente sobre plataforma de degraus poligonais. De forma geminada, remata-o uma edícula com nicho aberto servindo de respiradouro.

O sóbrio recorte decorativo das suas pilastras, aletas laterais e urnas, assim como a organização compositiva no seu conjunto, ligam-no ao tipo estabelecido por Carlos Mardel.

Aos pregões dos vendedores, ao alarido e impropérios das regateiras, juntava-se o barulho dos carros que ao chafariz iam carregar água, de mistura com a algazarra das zaragatas

---

<sup>20</sup> Idem, *ib.*, pp. 380-382.

<sup>21</sup> Idem, *ib.*, pp. 405-406.

<sup>22</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, p. 17.

originadas, não raro, pela disputa entre carregadores e aguadeiros. Que assim era, prova-o a Ordem do Senado da Câmara de 26 de Agosto de 1754<sup>23</sup>, pela qual se proibiam os carros de carregar as pipas durante o dia, só o podendo fazer depois do sol posto. De dia, só os barris dos aguadeiros e outro vasilhame pequeno. Parece, todavia, que a determinação camarária não surtiu os desejados efeitos práticos, continuando chafariz e largo a serem palco de frequentes arruaças, para gáudio de uns e molesto de outros.

#### O RATO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Se até meados de setecentos o Rato e zonas adjacentes se foram gradualmente povoando e pontuando com sinais de variada significação sócio-económica e monumental, no seu conjunto, porém, manteve-se área rústica às portas da cidade.

O que aí se foi implantando mais não foi, na generalidade, senão módulos de modesta utensia funcional, esclarecedores de um viver igualmente modesto e predominantemente popular.

O convento, instituído para quarenta freiras, apesar de vasto, não deveria escapar à modéstia geral das restantes edificações que bordejavam o largo. Apenas duas excepções se destacam desse padrão, mas ambas nas proximidades: o arco triunfal com que termina, quase no começo da rua das Amoreiras, a grandiosa obra das Águas Livres e a Arca de Água.

O primeiro, monumento comemorativo datado de 1738, define-se por arco de volta inteira ladeado por pilastras de ordem colossal e capitéis lisos, sobre que corre um entablamento de cornija simples e friso de clássicos triglifos a suportar frontão triangular. Como remate, eleva-se uma edícula com seu nicho ornado de elaboradas urnas.

---

<sup>23</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, III, pp. 360-381.

O segundo, estrutura funcional, mas arquitectonicamente significativa na sua massa cúbica sobre planta quadrangular, tem corpo saliente na face nascente. A quebrar a maciszez dos alçados, amplas janelas de arco redondo, engradadas, e uma cornija ornada de carrancas.

Grande reservatório de água, o seu interior apresenta-se dividido em três corpos por grossos pilares que suportam seis panos de abóbadas de aresta, exteriormente revestidas de tijolo. Da face norte, a água jorra pela boca de um golfinho.

Obra com início joanino, como a anterior projectada por Mardel, aliança formal de um maneirismo terziano com o barroco romano ao gosto estético do período que antecede o pombalismo, a Arca de Água das Amoreiras só ficou completa em 1834.

Que o Rato era lugar de bem modesto viver, vê-se também das respostas que em 26 de Março de 1758 o reitor da freguesia de Santa Isabel dava a um conjunto de 27 quesitos sobre diversos aspectos da paróquia, segundo os quais, e para o que nos importa aqui recolher, o terremoto de 1755 poucos estragos causara no Convento, esses mesmos já então quase reparados. Por outro lado, sem feiras nem produtos de especial importância, a freguesia mantinha-se na situação de economia pobre, compatível, aliás, com o genérico estatuto social dos seus habitantes, porquanto não dera «homens insignes, de que se faça mensam». O que se destacava eram «os magníficos archidutos e arca de agoa das que vem de Bellas para a cidade de Lisboa»<sup>24</sup>.

Se Mardel ainda aí habitava, a crer na informação atrás referida, sendo sargento-mor desde 1735, sucessor de Custódio Vieira desde 1747 nos cargos de arquitecto dos paços reais, do Mosteiro da Batalha, da província do Alentejo, das ordens militares de Santiago e de Avis, tenente-coronel de engenharia em 1751, arquitecto convidado por Manuel de Maia para a recons-

---

<sup>24</sup> Fernando Portugal e Alfredo de Matos, *ob. cit.*, pp. 140-144.

trução de Lisboa, colaborador e sucessor de Eugénio dos Santos encarregado dos planos do Rossio, autor de obras de inegável importância e qualidade como, para além das já referidas e de outras, o palácio do Principal Lázaro Leitão Aranha, à Junqueira, que, modificado por Lodi no século XIX, nem por isso deixa de reflectir nos duplos telhados germânicos o gosto mardeliano, todavia, nada disto era suficiente para o bom do pároco o integrar na categoria de homem ilustre.

Por outras vias, no entanto, o Terremoto de 1755 teve o seu reflexo no Rato, e de forma variada.

Espavoridas, milhares de pessoas abandonaram a cidade em ruínas, levando consigo quanto puderam salvar da catástrofe e dos malfeteiros. As de mais débeis recursos, naturalmente pouco se podiam afastar. Não admira, portanto, que ao Rato e suas imediações, que pouco sofrera com o sismo, se acolhessem muitos foragidos.

Contando-se na Páscoa de 1756, só no largo, 76 fogos, também nas quintas a norte, principalmente na de D. Helena, numerosas pessoas se abrigaram em barracas e telheiros, constituindo verdadeiros aldeamentos nos sítios mais secos e abertos.

Igualmente em barracas, telheiros e outros refúgios provisórios houve desalojados no Alto de S. Francisco, no Chafariz do Pau (Rua das Amoreiras) na muralha da Arca de Água e sítios circunvizinhos.

Em documentos da época colhem-se registos desta situação, como os telheiros do Rato, as cabanas do Rato ou os telheiros das Águas Livres<sup>25</sup>.

Da fixação forçada ir-se-ia originar uma nova nomenclatura toponímica, determinadora, por sua vez, em muitos casos, de novos arruamentos — «Sítio do Carmo», sob os arcos do Aqueduto (1756); «Telheiro dos pobres», igualmente às Águas Livres (1765); «Sítios da Muralha», «Sobre a Muralha»

<sup>25</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, III, p. 383.

e «Por Cima do Chafariz» (1764); «das Barracas» (1765); «das Cabanas», onde em 1793 morava o clínico Dr. João Cláudio Pereira Cardoso; «das Águas Livres ao Rato» no qual, no mesmo ano, habitava o Principal Rohan, e ainda outros <sup>26</sup>.

Que os refugiados vivendo em precárias condições eram numerosos, vê-se também das respostas do já mencionado pároco de Santa Isabel, segundo o qual, em 1757, 5.249 pessoas de diversas freguesias moravam em barracas, não sendo possível conhecer ainda o número exacto do ano que corria, sinal de que continuava a haver movimentação de desalojados.

No entanto, mais do que por esta imprevista e vultuosa ocupação após o terramoto, outras foram as razões que levaram Pombal a decidir em 1759 urbanizar o sítio, tornado acampamento.

No aviso do então Conde de Oeiras de 22 de Junho daquele ano diz-se que «... na conformidade do decreto da cópia inclusa, faça por a praça do Rato habil para nella se edificar, debaixo da inspecção do tenente-coronel Carlos Mardel ...». Prevenia-se, contudo, que enquanto fosse possível, não deveriam ser desalojadas as vendeiras do largo e àquelas que fosse forçoso fazê-lo, deviam ser concedidos, de imediato, outros locais.

Com a mesma data expedia o ministro outro aviso, agora para a superiora e religiosas do Convento do Rato, concedendo-lhes licença para aforarem o terreno contíguo à sua instituição, do lado norte, com abertura de rua de separação entre o edifício e o dito terreno, mas «na conformidade da planta do tenente-coronel Carlos Mardel que vai por mim assinada ...». Além disso, indicava-se o terreno «na frente da rua que vai da Praça do Rato para São João dos Bem Casados» para aí se construírem casas «... debaixo da mesma uniforme symetria e Prospecto que pelo mesmo Tenente Coronel lhe for estabelecido ...».

---

<sup>26</sup> Idem, ib., pp. 387 e 440.

A rua indicada neste Aviso era a actual das Amoreiras, que em 1742 se conhecia por Rua do Rato para Campolide, em 1756 por rua do Chafariz do Pau para o Rato e vice-versa, Rua do Rato para as Águas Livres em 1761 e, finalmente, em 1762, rua do Rato para a praça nova ou praça dos Fabricantes<sup>27</sup>, aberta na sequência do arranjo determinado para o largo do Rato, cuja forma urbanística, mantendo-se irregular, foi a que perdurou até às transformações de 1937-38.

O custo da obra, segundo as Memórias de Jácome Ratton, foi de 11.696\$458 réis, pagos pelo imposto dos 4 % sobre as mercadorias entradas na cidade<sup>28</sup>, donativo dos comerciantes de Lisboa para a sua reconstrução.

Foi também na sequência das obras do largo que se rasgaram a rua de S. Felipe Neri (só concluída em 1837), a calçada da Fábrica da Loíça (actual Bento da Rocha Cabral) e as demais travessas do bairro industrial das Amoreiras.

Das informações atrás referidas podem retirar-se algumas imediatas conclusões :

- 1 — Que o Rato, antes de 1759, pela irregularidade do terreno como pelo desalinhado e insignificância do caseário, escapava a qualquer norma de urbanização.
- 2 — Que a partir daquele ano se pretendeu dar carácter permanente, e dentro da nova orientação, a uma zona de reconhecida importância social, colocando os trabalhos sob a supervisão de um dos principais arquitectos da reconstrução de Lisboa — Carlos Mardel.
- 3 — Por outro lado, que essa importância social, não afecta às camadas superiores da população, não pode enten-

---

<sup>27</sup> Idem, *ib.*, pp. 334-335. Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, p. 80, refere que a rua das Amoreiras também se chamou rua do Arco do Carvalhão.

<sup>28</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, III, p. 385.

der-se desgarrada da intenção de favorecer as ligações daquele espaço com as áreas a que tradicionalmente vinha servindo de ponto de confluência ou de irradiação, impondo-se novos arruamentos segundo plano já traçado por Mardel e pelo ministro de D. José aprovado.

- 4 — Que os locais de construção tinham sido previamente estudados, impondo-se o respeito pelo critério adoptado pelo architecto.
- 5 — Finalmente, que se procurava salvaguardar direitos adquiridos, não gravando arbitrariamente o pequeno comércio já aí existente.

De facto, esse comércio manteve-se, senão mesmo aumentou, porquanto em 1769 existiam no meio da praça 18 lugares de venda de «doceiras, horteloas, padeiras e colarejas», os quais pertenciam ao Senado da Câmara.

No entanto, quanto à construção de edificios, a organização do Rato sofreu delongas, pois que naquele mesmo ano, ao fundo da praça, um tal Julião Vellez vendia bebidas num barracão de madeira, e havia ferreiros morando em idênticos abrigos pertencentes ao Convento<sup>29</sup>.

A situação de acampamento que se vivia no Rato e zonas adjacentes é natural que tenha pesado na decisão do marquês de Pombal de fazer urbanizar aquele espaço rústico, para o qual convergia agora mais avultado número de utentes. No entanto, se isto foi causa próxima, mais terá contribuído, sem dúvida, uma previamente decidida acção de tornar o sítio zona industrial, tanto mais que desde o tempo de D. João V aí existia uma fábrica de tecidos de seda, fundada em 1725 pelo francês Robert (ou Ricardo?) Godin, transferida em 1738 para a via a que deu o nome, antes de ser rua da Escola Politécnica.

---

<sup>29</sup> Idem, ib., p. 387.

De resto, sabe-se que em 1756 um Robert Godin morava no Rato e que, pelo menos em 1753, diversos mestres franceses fabricantes de seda, como sejam Luís Terrier e Estêvão Gingu, habitavam no largo e na rua do mesmo nome <sup>30</sup>.

Convém precisar melhor a localização desta fábrica, dada a possibilidade de confusão com a artéria que presentemente lhe recorda a existência — rua da Fábrica das Sedas — ligando a rua Tenente Cascais com a da Escola Politécnica — e que a partir de 1770 se chamou «rua da Fábrica do Pombal», nome mudado em 1808 para «travessa das Fábricas das Sedas ao Pombal», de que passou ao actual <sup>31</sup>.

A Real Fábrica das Sedas, reconversão pombalina após a sua apropriação em 1750 por insolvência de dívidas de R. Godin, fora transferida em 1738 para edifício construído entre 1735 e 1741 no ângulo recto da antiga rua do Rato para o Salitre, da Fábrica para o Salitre, depois Direita do Rato para o Salitre (lado sul do actual largo) com a rua Direita da Fábrica das Sedas (actual rua da Escola Politécnica), ligando-se parte dela, ou seja, oficinas, armazéns e outros anexos, pelo interior da antiga quinta de D. Rodrigo de Noronha, antes quinta dos Soares da Cotovia, com a dita travessa do Pombal ou actual rua Fábrica das Sedas, aberta defronte de S. Mamede, local onde primeiramente a estabeleceu Godin na zona do Rato.

O que da fábrica subsiste no presente, é um extenso edifício de 110 metros de frontispício ao longo da rua da Escola Politécnica, rasgada entre as antigas quintas do Noviciado dos jesuítas e a de D. Rodrigo, no troço direito que esquina com o largo, contígua às oficinas de vitrais de Ricardo Leone, aí situadas desde 1907 <sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, pp. 17-18, chama ao francês fundador da fábrica das sedas em tempo de D. João V, Ricardo Godin, enquanto Matos Sequeira, *ob. cit.*, III, p. 385, regista Robert Godin.

<sup>31</sup> Gustavo da Matos Sequeira, *ob. cit.*, II, p. 167.

<sup>32</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, p. 19.

Com dois pisos e três corpos salientes, o do meio ostentando as armas reais de D. José no frontão triangular, este frontispício e as molduras das suas catorze janelas não correspondem ao formulário primitivo, por via da reconstrução determinada pelos estragos causados pelo incêndio de 3 de Agosto de 1897<sup>33</sup>.

Tendo passado em 1757 para a dependência da Junta do Comércio criada por Pombal, a Fábrica das Sedas foi inserida na acção mercantilista do ministro de D. José o qual, para apoio da sua laboração determinou a criação de quintas de bicho da seda às Amoreiras, enquanto que na orla dos terrenos que na quinta de D. Rodrigo possuía, José Francisco da Cruz, rico burguês mais tarde nobilitado (Cruz-Alagoa), fazia construir em 1759 o primeiro bairro residencial de artesãos<sup>34</sup>.

Eram dez pequenas casas de rés-do-chão e um andar terminado em frontão triangular, com cornija saliente, porta e janela ao nível da rua, duas janelas no primeiro andar e outra, mais pequena, centrada no frontão. Foram até 1765 as únicas casas existentes na via aberta de novo — actual rua da Fábrica das Sedas — delas subsistindo apenas duas, uma que faz esquina com a rua Gustavo Matos de Sequeira; a outra, com o n.º 17 da rua Pedro de Freitas Branco.

Extinta a fábrica das sedas, foram os seus edifícios vendidos em 1855, ano em que na parte que esquina com o largo se estabeleceu o conhecido botequim de Domingos António Martins. Ainda no século XIX todas as suas edificações foram propriedade de Francisco Ferrari e na sua descendência continuaram pelo menos até à viúva do estadista João Franco, ditador em tempo de D. Carlos, de nome Maria Lívia Schindler Castelo Branco, bisneta do dito Ferrari<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> *Idem*, *ib.*, pp. 17-18.

<sup>34</sup> Maria João Madeira Rodrigues, «A zona do Príncipe Real», in *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, 2.º T., J.D.L., 1975, pp. 83-84, indica a data de 1749 para a construção do referido bairro.

<sup>35</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, pp. 17-18.

Tornado o sítio do Rato zona industrial, à Fábrica das Sedas veio acrescentar-se, a partir de 1767, a Fábrica da Louça, fundação pombalina que foi uma das principais da colónia fabril instalada nas Amoreiras<sup>36</sup>.

Situava-se ela em terrenos depois ocupados pelo palácio do Marquês da Praia e de Monforte e seus jardins, na parte posterior virada para a calçada ou rua a que deu o nome e é hoje de Bento da Rocha Cabral, entestando ainda com o que também foi rua dos Arcos das Águas Livres, actual das Amoreiras, como se disse atrás.

Protegida por Pombal, aí se manteve com períodos de progresso e de crise até 1835, ano em que no jornal «A Revista» de 19 de Setembro se anunciava a ida à praça, dois dias depois, pela quantia de 5.600\$000 réis.

Por esse anúncio pode conhecer-se a localização exacta da fábrica, cujos limites se indicavam como sendo: a norte, a muralha da Casa de Água; sul, o referido palácio, então pertença do Conde de Viana; nascente, a calçada já mencionada; e poente, a rua Direita do Arco das Águas Livres.

Aí se referia também a sua composição, que era: «grande pátio de entrada, tendo no fim um tanque, que recebe uma penna de água do Aqueduto Geral das Águas Livres, armazém de venda, casas de depósito da louça, casas das rodas com estufa, casa de pintura, outra de moer vidro, tanques de apurar o barro, cavalariças, palheiro, tojeira, quatro fornos de cozer louça e um de fazer o vidro, mais seis casas para depósito e guarda louça manufacturada, barro e residência do Administrador»<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, IV, p. 74. O contrato foi estabelecido pela Direcção da Fábrica das Sedas, da qual a da louça dependeu, com o italiano Tomás Brunetto, morador a S. Bento, e data de 1-8-1767. Ver também Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, p. 15.

<sup>37</sup> *Idem*, *ib.*, IV, pp. 1-2.

Embora dependente da Real Fábrica das Sedas, teve autonomia de exploração até 1779, ano em que passou, tal como a anterior, para a sujeição da Junta do Comércio.

A protecção dispensada pelo ministro de D. José garantiu-lhe prosperidade, haja em vista a aplicação de azulejos nos interiores dos edifícios da Baixa reconstruída e em palácios entretanto edificados, nomeadamente no de Oeiras, dos condes de Seia, dos Cruz-Alagoas, possivelmente no de Queluz, assim como na Basílica da Estrela, no Palácio da Academia de Belas Artes, na capela de Monserrate e em outros edifícios de maior ou menor aparato, quase sempre com pintura de Francisco de Paula e Oliveira<sup>38</sup>.

As invasões francesas levaram-na ao encerramento em 1808, reabrindo, porém, dois anos mais tarde, mas daí em diante sempre em precárias condições de funcionamento, tanto pela falência da política económica pombalina como pela desfavorável conjuntura nacional do primeiro terço do século XIX.

Se estas duas unidades fabris atrás referidas foram as mais importantes das circunvizinhanças do Rato, outras se estabeleceram no sítio por iniciativa privada em começos de oitocentos: fábrica de lacre, de Matias da Cunha Ferreira; fábrica de cadinhos, de um tal Carlos Amatucci, que se apresentava como «retratista e escultor de Sua Alteza Real», esta situada no n.º 22 do largo do Rato<sup>39</sup>.

Possivelmente de efémera duração, insignificantes fabriquetas ou simples oficinas, importa no entanto ter em consideração que o largo se ia tornando local de mais diversificadas situações o que, naturalmente, exigia melhoria de serventias para os que aí residiam e trabalhavam, como para escoamento de produtos ou acesso de pessoas e materiais.

Explica-se assim que, na sequência das beneficiações nele iniciadas em 1759, outras se lhe seguissem, melhorando-se as

<sup>38</sup> Idem, ib., IV, p. 103.

<sup>39</sup> Idem, ib., III, p. 389. As informações recolheu-as das Gazetas de 5-2-1810 e de 17-7-1812, que publicaram os anúncios daquelas fabriquetas.

principais vias que a ele conduziavam ou que dele partiam, rasgando-se novos arruamentos, tanto mais que desde a segunda metade do século XVIII, no Rato como nas suas imediações, se vinham levantando sinais de luxo e de importância social de uma rica burguesia nobilitada, traduzidos em palácios de melhor ou pior traçado mas, em geral, sempre aparatosos pela massa dos seus alçados e área ocupada.

#### INFORMAÇÕES URBANAS E SINAIS DE LUXO

Desde 1746 que a antiga estrada do Salitre tinha novo arruamento, sobre o qual perpassaram várias designações: rua da Palmeira, da Palmeira ao Salitre, Nova da Palmeira, dos Cartuxos, fixando-se em 1748, finalmente, em rua do Salitre, com extinção definitiva das anteriores designações na segunda metade do século, aí por volta de 1760 <sup>40</sup>.

Descendo do largo do Rato, atravessava o Valverde indo ligar-se à rua das Pretas. A abertura da Avenida da Liberdade, (com início em 1879) anulando-lhe o troço desde a Travessa das Vacas (Vale do Pereiro) até àquela rua, reduziu-a, porém, a três quartas partes.

Ao cimo desta rua, na casa que virava para o largo, morou, de 1817 a 1832, o boticário Luís Herculano, de que se não

---

<sup>40</sup> Idem, ib., II, pp. 290-292. Como local, Sequeira encontrou a primeira menção do nome Salitre em 1665, no L.º de Óbitos da freguesia de S. José, onde se fala do «páteo do Salitre», designação que permanece até 1746. Baseado nos registos paroquiais, é de opinião que o troço da rua a que ainda hoje se aplica o nome de Salitre correspondia à chamada rua da Palmeira, reservando-se aquele para a parte da serventia que desapareceu com a abertura da Avenida da Liberdade. Porém, à roda de 1730, nomeavam-se indistintamente por ambos os nomes os dois troços do arruamento, confundidos no alinhamento comum, persistindo depois o de Salitre. Este nome, acrescenta, provém de ter existido uma nitreira na chamada horta dos Brunos, já no século XVII.

conhece outra importância que a de ter sido padrinho de baptismo de Alexandre Herculano. No entanto, o Salitre albergou nomes sonantes em diversos sectores da história nacional pois que, mais para baixo do referido boticário, desde 1809 que residia a família Braamcamp e, num quarto andar dois números além dela, morou de 1816 a 1817 o general Gomes Freire de Andrade.

Anteriormente, pelo menos de 1750 a 1768, no troço conhecido por Alto do Salitre, habitou D. Joana Inácia Rosa Monteiro de Carvalho — a pintora Joana do Salitre — irmã do tenente-coronel José António Monteiro de Carvalho, conhecido pelo Bota-Abaixo <sup>41</sup>.

Wolkmar Machado dá-a como discípula de André Gonçalves, atribuindo-lhe retratos para o palácio de Oeiras, nomeadamente os do Marquês de Pombal e de seu irmão Paulo de Carvalho, com legenda alegórica, (dos quais se desconhece o paradeiro), um retábulo para a Conceição Velha — Senhora da Pureza — além de outros quadros religiosos para diversas igrejas da província <sup>42</sup>.

Um amplo arco de circunferência, resultado de sucessivas urbanizações do século XVI a meados do XIX, liga o Cais do Sodré (o quinhentista Cata-que-farás já pranteado por Maria Parda) ao largo do Rato, ou seja, a zona ribeirinha do extremo poente da cidade ao subúrbio rústico do interior, através de uma diversificada paisagem sócio-cultural e urbana,

---

<sup>41</sup> Idem, ib., II, p. 310.

<sup>42</sup> Cyrillo Wolkmar Machado, *Colecção de Memória (...)*, Coimbra, 1922, p. 106, citado por Matos Sequeira, II, p. 310. Ver *Dicionário da Pintura Universal*, Lisboa, 1973, III. José da Cunha Taborda, *Regras da Arte de Pintar*, Coimbra, 1922, p. 247, que transcreve a legenda seguinte, segundo ele existente num quadro de Nossa Senhora, pintado por Joana do Salitre: «Lisbonensis feminae J.I.R. arteficio Idibus Julèii anno M.DCCLXX». Deste modo, a morte daquela pintora deverá considerar-se posterior a esta data.

que ainda hoje se nos apresenta particularmente rica e expressiva de informações e que, por isso mesmo, merece particular sublinhado.

Deste arco, o último troço a partir da Cotovia, actual Príncipe Real, é a já mencionada rua da Escola Politécnica, que conjuga num só nome o que, como se disse, fora a setecentista rua Direita da Fábrica das Sedas (até à Imprensa Nacional) e, a partir daqui até ao Príncipe Real, o que foi a rua Direita da Cotovia, desde 1766 Direita do Colégio dos Nobres.

O nome adveio-lhe do estabelecimento de ensino superior que substituiu o Colégio dos Nobres pombalino, instalado no que fora o Noviciado da Companhia de Jesus, e de que se originou a Faculdade de Ciências em 1911.

No espaço que mais directa e proximamente aqui nos interessa, ou seja, do largo de S. Mamede para o Rato, destacam-se três importantes construções, para além do conjunto fabril a que já se fez referência. São elas, os palácios do Conde de Seia, o dos Cruz-Alagoas e o Palmela.

O primeiro, virando para a rua do Arco a S. Mamede, pertenceu inicialmente a António Rebelo de Andrade, cavaleiro da Ordem de Cristo, meirinho da Inquisição e Perfeito da Bula da Santa Cruzada, que o mandou construir antes de 1760 e nele residia já em 1762.

Falecido Rebelo de Andrade em 1765, os herdeiros passaram a ocupar apenas o andar nobre desde 1769, enquanto o segundo esteve alugado durante dez anos, passando na totalidade, de 1781 a 1810, para o Marquês das Minas, que como inquilino nele residiu com os seus quarenta e dois criados.

Depois deste titular, diversos outros inquilinos o ocuparam a partir de 1817, nomeadamente o marquês de Vagos em 1820, até que em 1833 foi vendido ao negociante e esclavagista Manuel de Miranda Correia, nele passando a habitar seu genro, D. António Manuel de Meneses, Conde de Seia, (6-9-1788 a

2-12-1848), filho dos 3.<sup>os</sup> marqueses de Tancos, que o herdou e transmitiu ao 2.<sup>o</sup> Conde, seu filho único e homónimo <sup>43</sup>.

Débil mental, o 2.<sup>o</sup> Conde de Seia deixou-se arruinar, tendo morrido na mais extrema miséria, após o que o palácio correu vários proprietários até ser adquirido por Vasco Bramão, que em meados do século corrente ainda o possuía. Entretanto, de 1908 a 1910, a Nunciatura ocupava o andar nobre, onde se situava a capela, hoje inexistente <sup>44</sup>.

Edifício de planta quadrangular, o frontispício levanta-se em três pisos, com o andar nobre separado do último por uma cornija.

Janelas imponentes sobre a porta centrada, que volutas relevadas enquadram, distingue-se a do primeiro andar pela varanda corrida de grade ondulante. De ambos os lados deste estreito e articulado corpo central distribuem-se cinco ordens de janelas, de sacada as do andar nobre e de varandim as superiores, aquelas com painel de cornija contracurvada e saliente, as restantes de moldura simples, com grades as do rés-do-chão.

Ritmo de vãos equilibrados, sugestões decorativas rococó, o palácio Seia lembra, pela composição geral, a Casa Ludovice.

Ultrapassado o quarteirão seguinte, caminhando em direcção ao Rato, a partir da Rua da Fábrica das Sedas, com que faz ângulo, estende-se a comprida fachada principal do palácio dos Cruz Alagoa, desornamentado, com 18 janelas em cada um dos seus dois andares e 11 na lateral. Para o lado do largo, o palácio termina pela antiga ermida, hoje profanada, com seu portal sobrepujado pelo janelão do coro, gradeado, com que se articula o oval de um óculo sobriamente emoldurado de pedra lioz.

<sup>43</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, II, pp. 153-155. A cronologia que indicamos para o Conde de Seia foi extraída de *Nobreza de Portugal*, III, pp. 366-367.

<sup>44</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, II, p. 157.

Mandado edificar entre 1757 e 1762, como se disse, pelo rico comerciante José Francisco da Cruz, que em 17 de Janeiro de 1763 recebeu por solar a quinta de Alagoa e carta de braço de armas de mercê nova em 25 de Março de 1765 <sup>45</sup>, passando a família a nomear-se Cruz-Alagoa, o palácio deveria estar acabado em 1762, pois que neste ano o andar nobre era ocupado por aquele, separadamente de seu irmão mais novo, Anselmo José da Cruz Sobral, como ele poderoso homem de negócios.

Sinal da opulência desta burguesia pombalina nobilitada é a existência, entre a numerosa criadagem, de diversos italianos. Aliás, os servidores dos Cruz-Alagoa foram aumentando no último terço de setecentos, passando de 32 criados e 1 cozinheiro italiano em 1770 para 35 em 1773.

Neste grande casarão, monótono e desgracioso, as lojas do rés-do-chão estavam alugadas a dois vendedores de louças, um cabeleireiro, dois capelistas e dois retrozeiros.

Também este palácio conheceu vários moradores. Em 1781 e até 1788, eram inquilinos os Condes de Val de Reis, com seus 72 criados, e o conde de Azambuja <sup>46</sup>.

Naquele ano de 88 a roda dos Enjeitados foi instalada no rés-do-chão, com 34 amas para 30 crianças, número que em 1793 era de 54 para 21 amas, no ano seguinte, 40 expostos e 40 amas, crescendo em 1796 para 70 expostos com apenas 29 amas, dois anos depois 84 expostos e 27 amas, diminuindo um pouco nos princípios de oitocentos, até que em 1804 a roda foi transferida.

---

<sup>45</sup> Ver *Armorial Lusitano, Genealogia e Heráldica*, Lisboa, 1961, p. 34.

<sup>46</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, II, pp. 160-163. Os Condes de Vale de Reis mencionados por Sequeira são os 5.º deste título, Lourenço Felipe de Mendonça e Moura e sua mulher D. Joana Francisca de Noronha, filha dos 2.º Marqueses de Angeja. O Conde de Azambuja, mencionado na p. 162, é certamente o filho destes, o 2.º do título, José Maria Rolim de Moura Mendonça (10-8-1737 e 7-4-1802). A este respeito, ver *Nobreza de Portugal*, Lisboa, 1960, 1961, II, III.

A partir de 1803 os dois Cruz-Sobral arrendaram as partes em que residiam a diversíssimas pessoas, titulares, oficiais de alta patente ou similares<sup>47</sup>.

Por outro lado, o quartel dos artífices foi instalado em barracões na quinta do palácio, de 1811 a 1816, até que, a partir de 1835, após a morte do seu fundador, foi à praça por várias vezes, conhecendo vários novos proprietários e inquilinos, acabando por ser subdividida em duas propriedades<sup>48</sup>.

Entretanto, cerca de 1850, os seus jardins acolheram a célebre Floresta Egípcia, recinto de diversões populares, mas também onde se representaram comédias e operetas, se executou música, se exibiram quadros vivos e realizaram outros espectáculos recreativos, de que os jornais teatrais da época registaram as notícias. A «Floresta Egípcia», que sucedeu ao «Jardim Chinês» e ao «Tivoli da Flor da Murta», falidos em 1841, mas que já existiam pelos anos de 1771 e 72, recintos igualmente populares frequentados por prostitutas e boémios da alta e baixa roda, foi o que pode chamar-se uma antepassada da actual Feira Popular<sup>49</sup>.

Do lado oposto da rua, em frente da Real Fábrica das Sedas e em terreno da antiga cerca do Noviciado dos Jesuítas<sup>50</sup>, existia na segunda metade de setecentos um muro rudimentar, o telheiro das obras do Colégio dos Nobres, a taberna do italiano José Scalla e a tenda do mestre ferrador Manuel José.

<sup>47</sup> Idem, *ib.*, pp. 164-165.

<sup>48</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, pp. 19-20.

<sup>49</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, II, pp. 149-152; Notas Finais, II, pp. 512-513; Notas Finais, III, p. 483.

<sup>50</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, p. 27, afirma que a cerca do antigo noviciado dos Jesuítas correspondia aos terrenos no sítio da Cotovia pertencentes à quinta do Monte Olivete que Fernão Teles de Meneses lhes doara em 1597. Segundo ele, a 1.ª pedra daquele Noviciado foi lançada em 26-4-1603 e o edifício concluído em 1616, sob plano de Baltasar Álvares. Era enorme a dita cerca, pois ia «até ao Rato e ao fundo do Salitre». Ver também Júlio de Castilho, *ob. cit.*, V, p. 122.

No telheiro, ainda em 1765 habitavam três famílias de operários daquelas obras <sup>51</sup>.

Foi aqui que o arquitecto Manuel Caetano de Sousa construiu a sua casa de habitação, iniciada entre 1792-93 e ainda não concluída em 1796, embora já nela morasse.

Seu filho, o arquitecto Francisco António de Sousa, cavaleiro da Ordem de Cristo e Coronel de Engenheiros, herdou-a em 1802, habitando os baixos e arrendando o restante edifício, situação que inverteu em 1810.

Por conspirador com Gomes Freire de Andrade, foi preso e deportado para Angola em fins de 1817, tendo-lhe sido confiscados a casa e os bens, destinando-se aquela, segundo Matos de Sequeira, a Intendência Geral da Polícia o que, todavia, segundo a mesma fonte, parece não se ter concretizado, porquanto dois anos mais tarde aí estava instalada a «Secretaria Inglesa» <sup>52</sup>.

O certo é que em 1822, edifício e seu recheio foram arrematados em hasta pública por Henrique Teixeira de Sampaio, nascido em Angra (Ilha Terceira) a 30 de Outubro de 1774 e falecido em Lisboa a 27 de Março de 1833, grande fortuna de negócios recentemente agraciado com o título de Barão de Teixeira, que D. João VI em 1823 transformou em Conde da Póvoa <sup>53</sup>.

O novo proprietário iniciou de imediato importantes obras de reconstrução e decoração, que o 2.º Conde do Calhariz, 1.º Marquês do Faial, mais tarde 2.º Duque de Palmela, Domingos de Sousa e Holstein, casado com a filha herdeira do Póvoa, fez prolongar até 1842-43. Data daqui, segundo José-Augusto França, o acrescentamento do 3.º andar <sup>54</sup>.

<sup>51</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, II, p. 245.

<sup>52</sup> *Idem, ib.*, pp. 237-239. Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, pp. 20-21.

<sup>53</sup> Ver Condes da Póvoa, in *Nobreza de Portugal*, III, pp. 173-174.

<sup>54</sup> José-Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, I, p. 349. A época do acrescentamento do 3.º andar do palácio Palmela aqui apresentada, está em desacordo com o que afirma Norberto de Araújo, *ob. cit.*,

Mais tarde (1865-66), de acordo ainda com o mesmo historiador da arte, a filha do casal e 3. Duquesa, Maria Luísa, escultora discípula de Anatole Calmels, fez realizar novos arranjos no interior, nomeadamente na monumental escadaria, a ela se devendo igualmente, em 1902, o embelezamento do novo portal nobre com as duas esculturas em forma de atlante e de cariátide, da autoria do seu mestre.

Palácio representativo do gosto sumptuário da aristocracia constitucional dominante, tem o andar térreo e a sobreloja revestidos de cantaria, enquanto que os dois andares superiores são-no de mármore róseo.

No portal, de frontão curvo interrompido, enquadra-se a pedra de armas dos Palmelas. Nove vãos no andar nobre, sem retirar a sobriedade geral do conjunto, conferem-lhe dignidade um pouco pesada.

Em tempo da 3.<sup>a</sup> Duquesa, falecida em 1908, o palácio foi animado algumas vezes por récitas teatrais, não apenas de amadores, aí se representando, por exemplo, *A Sobrinha do Marquês*, de Almeida Garrett, o *Marquês de Villemer*, entre outras, a que de quando em vez se sucediam bailes de máscaras, num dos quais participou o rei D. Luís vestido de Shakespeare, dramaturgo de que foi tradutor. Para esse baile estaria prevista uma orquestra de valsas dirigidas pelo próprio J. Strauss, entretanto substituída pela de zingaros do príncipe Esterhazy<sup>55</sup>.

---

p. 21, segundo o qual, a feição actual difere bastante da que o palácio tinha no tempo do barão de Teixeira, pois que é de 1902 o acrescentamento de um andar, o revestimento de mármore, o portão de entrada com as esculturas de Calmels, etc. Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, II, p. 239, referindo-se aos restauros e embelezamentos promovidos pelo dito barão que, afirma, demoraram até 1842, indica a sala de jantar e escadaria (sem mencionar o acrescentamento do último andar), o que também está em desacordo com José-Augusto França, segundo o qual foi a 3.<sup>a</sup> Duquesa de Palmela (Maria Luísa) quem «mandou fazer novas obras em 65-66, nobilitando então a escadaria monumental», opinião que se nos afigura de seguir.

<sup>55</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, II, p. 243.

Mas para além destes três mais importantes sinais de luxo da rua da Escola Politécnica, nas proximidades do Rato existe também, desde antes de 1759, uma casa apalaçada entre os Cruz-Alagoa e Seia, mesmo em frente da igreja de S. Mamede, ocupando a frente do quarteirão definido pelas ruas do Arco e da Fábrica das Sedas. É a casa dos Farias, mandada edificar pelo desembargador Manuel José de Faria e Sousa, alentejano de origem e antes morador na rua larga de S. Roque.

Aí residiu no andar nobre com sua família e 11 criados e escravos, arrendando a restante moradia e as lojas, estas em 1762 «a um doceiro e dois mercadores de sedas»<sup>56</sup>.

Após a sua morte em 1803, os herdeiros continuaram com os arrendamentos, até que em Maio de 1838 era anunciada a sua arrematação em hasta pública por 4 contos de reis, que afinal foram reduzidos para 3.600\$000, quantia paga pelo Conselheiro Pereira de Magalhães, que nela residiu pelo menos até 1875.<sup>57</sup>

Já neste século, depois de ter passado a outros proprietários, o Real Instituto de Lisboa ocupava-lhe o andar nobre e, em 1909, nas lojas, tinha o Colégio Politécnico<sup>57</sup>.

Casa de aparato, prolongando-se para trás por um grande jardim murado, seis varandas de sacada rasgam-se no primeiro andar por sobre dois largos portões.

Menos nobilitada de sinais, outra antiga rua dava serventia ao Largo do Rato — a rua de S. Bento — cujo segundo troço, de mais recente urbanização, vinha confluír no largo, estabelecendo ligação com o mais antigo, feito através de campos de sementeira, olivais e vinhedos como caminho natural alargado pelo calcorrear de séculos, e que descia ao Poço dos Negros. Esta parte da rua era conhecida em 1762 por rua de S. Bento às Trinas ou rua Nova de S. Bento às Trinas, aparecendo, porém, em 1764, como rua Direita de S. Bento às Trinas e, nos

<sup>56</sup> *Idem*, *ib.*, p. 158.

<sup>57</sup> *Idem*, *ib.*, pp. 158-160.

princípios do século XIX, a partir do cruzamento com a rua do Arco a S. Mamede, como calçadinha do Rato<sup>58</sup>.

Com esquina para a rua do Sol, existiu até 1912 uma casa de aspecto modesto, cujo portal arredondado dava para um «jogo de chinquilho». Era habitação de uma pitoresca figura, um tal D. Brás da Silveira, filho natural da casa do Marquês das Minas, o qual, segundo crónicas do tempo recolhidas por Matos de Sequeira, consertava o telhado do edifício fardado de «alferes da antiga Brigada Real da Marinha e com uma carapuça azul na cabeça...». Também no alto da rua de S. Bento morava outro exótico personagem, o celebrizado janota D. Álvaro Rómulo Henriques de Sousa Tavares<sup>59</sup>.

Mas afora estes excêntricos, e numerosos estrangeiros que nela residiam, sobretudo a partir de meados do século XVIII, pois que em 1753 registam-se franceses, italianos, flamengos, alemães e ingleses, num total de 19 famílias, a rua de S. Bento foi artéria habitada, nesse como no século seguinte, por gente de mais aristocrático recorte e de posição social destacada, contando-se titulares e outros fidalgos, altos dignitários da Igreja, militares e escritores<sup>60</sup>.

A completar o circuito distributivo mais antigo do Rato, e já se tendo feito referência às Amoreiras e a mais novas serventias da segunda metade do século XVIII, resta aludir a outra via que, partindo da vizinhança do Convento com a denominação antiga de rua do Rato para o Salitre, rompe por S. João de Bem Casados. É a actual rua do Sol, anterior a setecentos como serventia, na qual, da banda do largo, ficava a cerca conventual, fragmentada desde meados do século passado para venda e construções.

<sup>58</sup> Luís Pastor de Macedo, *ob. cit.*, IV, pp. 237-238. Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, pp. 29-30. Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, II, p. 112.

<sup>59</sup> Luís Augusto Palmeirim, *Os Excêntricos do meu tempo*, p. 149, in Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, II, p. 99.

<sup>60</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, II, pp. 106-111.

Ai, segundo Norberto de Araújo, habitou e morreu em 1875, num prédio pertencente aos Palmelas, António Feliciano de Castilho <sup>61</sup>.

#### O RATO, DO SÉCULO XIX AO PRESENTE (1940)

Até quase aos fins do século XVIII, o edificio mais importante do largo propriamente dito era o convento das Trinas ou de Nossa Senhora dos Remédios.

Como já foi sublinhado, pouco se conhece sobre o primitivo edificio. O que chegou até nós é o resultado de reconstrução realizada em 1885 pelo architecto Luís Caetano Pedro de Ávila, com modificações introduzidas em 1937-38, em consequência do que desapareceu o «ante-pátio fronteiro», antigo terreiro do Jogo da Pella.

Profanada a igreja em 1914, o seu recheio foi vendido, passando a servir, primeiro de armazém, depois de refeitório, situação que era a sua em 1938-39.

Esventrado o interior, em Norberto de Araújo colhe-se apenas que a igreja era de sete capelas e que nela esteve sepultado desde 1831 o corpo do padre José Agostinho de Macedo, cujos restos mortais foram transferidos em 1909 para o ossário municipal do cemitério dos Prazeres <sup>62</sup>.

Júlio de Castilho, por sua vez, informa que a capela-mor era de abóboda, com pinturas de Jorge de Barros Ferreira, (1750-1803) <sup>63</sup>.

---

<sup>61</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, pp. 67-68.

<sup>62</sup> *Idem. ib.*, p. 13.

<sup>63</sup> Júlio de Castilho, *ob. cit.*, V, p. 133. Cyrillo Wolkmar Machado, *ob. cit.*, pp. 101-102, refere-se ao pintor Jorge de Barros Ferreira, contemporâneo e concorrente de Pedro Alexandrino na pintura decorativa, indicando géneros em que se manifestou e obras de sua autoria, nomeadamente, entre os painéis, «o do tecto da capella-Mór das Trinas do Rato». José da Cunha Taborda, *ob. cit.*, pp. 259-260, também o biografa, dizendo-o,

Quanto ao convento ,extinto em 1874 pela morte da última professa, no ante-pátio, antes de destruído, foram instalados uma esquadra, tabernas e casas de habitação, enquanto no seu interior se estabeleceu em 1885 o Asilo de Nossa Senhora da Conceição, para raparigas abandonadas, e entre os fins desse século, começos do actual, a ala com entrada pela rua do Sol ao Rato foi ocupada por Serviços da Imprensa Nacional, nomeadamente a oficina de litografia. Mais tarde foi o convento sede da Direcção Geral de Assistência, Dispensário de Higiene Social, Posto de Protecção à Infância, Inspecção de Saúde de Lisboa, serviços dependentes daquela Direcção Geral, os quais ainda se mantinham em 1940 <sup>64</sup>.

De notar, porém, que dez anos antes de extinto houve intenção camarária, sob proposta do vereador Lopes dos Anjos de 14 de Abril de 1864, de em parte da cerca e dependências do Convento se estabelecer um mercado de peixe, o que implicava a prévia expropriação de algumas barracas e a demolição de dois prédios que separavam o largo da rua do Sol. Tal projecto, todavia, nunca teve execução prática, porque a reparição técnica camarária não o aprovou <sup>65</sup>.

No século XIX, o lado sul do largo do Rato, que estava já preenchido pelo quarteirão de prédios, sucessores dos que, na transição do século anterior aí existiam, continuava a ser local de grande animação, para o que contribuíam as «legiões de cavalgaduras» que eram levadas aos ferreiros aí estabelecidos, dos quais, em 1830, os mais célebres eram o Bernardino

---

além de pintor, como «... mui versado na Architectura». Não menciona, porém, entre os trabalhos que lhe atribui, a capela-mor da igreja conventual do Rato.

<sup>64</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, pp. 13-14. Júlio de Castilho, *ob. cit.*, V, p. 133, também alude às novas utensias do convento, mas, quanto ao falecimento da última freira, situa-o pelo ano de 1880. Augusto Vieira da Silva, *Dispersos*, II, p. 179, refere o funcionamento da Direcção Geral da Assistência e o Asilo José Estêvão, para raparigas, no extinto convento.

<sup>65</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, III, p. 402.

e o Martiniano, ao mesmo tempo intermediários de venda e compra, com anúncios nas Gazetas de Lisboa.

Igualmente afamada, pela mesma época, era a botica de Gregório de Sousa Pereira que, autorizado superiormente, como constava do *Diário do Governo* de 14 de Maio de 1830, vendia água férrea de Montachique.

Além dessas utensias, e segundo livrete dos começos do século (1806), de *O taful da luneta* — registo dos mais interessantes letreiros e tabuletas de Lisboa — também havia no largo uma loja de café com o pitoresco anúncio de que: «Aqui se administram bebidas com toda a sisudeza», em opposição notória, e bem esclarecedora, a outro, no Caminho da Penha, que reclamava: «Aqui se tomam borracheiras mestras»<sup>66</sup>.

Não se tendo concretizado o projecto do mencionado mercado de peixe, no entanto a sua venda realizava-se no largo, conforme constava de edital afixado em 26 de Junho de 1816<sup>67</sup>.

Espaço eminentemente popular, os finais de setecentos deram ao largo do Rato o sinal de luxo que ainda não possuía, mas que já pontuava, como se viu, diversas das suas serventias, particularmente as que o ligavam ao Tejo.

Efectivamente, desde cerca de 1784 que entre a rua das Amoreiras e a calçada da Fábrica da Seda (Bento da Rocha Cabral), face norte, se situa o palácio actualmente dos herdeiros dos Marqueses da Praia e de Monforte, hoje sede do Partido Socialista.

Mandou-o construir Luís José de Brito, contador do Real Erário, que recebeu mercê de aforamento das «casas e quintal onde habitava o mestre da Fábrica da Loiça, contíguas à mesma», pagando por isto o foro anual de 85\$000 réis, e que já nele residia com sua família em 1785.

<sup>66</sup> *Idem. ib.*, p. 338.

<sup>67</sup> *Idem. ib.*, p. 289.

As más condições financeiras em que, à sua morte, ficou a viúva, determinaram-na a arrendar o palácio à Marquesa — viúva de Castelo-Melhor em 1804 ou 1805<sup>68</sup>.

Desta aristocracia passou por compra ao 1.º Barão de Quintela, nobreza recente de origem capitalista ligada ao grande comércio sob a protecção de Pombal, falecido no 1.º de Outubro de 1817.

O barão, Joaquim Pedro Quintela, adquiriu-o por volta de 1810 porquanto, por esta data, nele realizou obras de reconstrução e de decoração.

Herdou o palácio sua filha Maria Gertrudes, que em dote o levou ao 4.º Conde da Cunha, José Maria Vasques Álvares da Cunha, aí residindo antes de 1820 pois que, tendo nele instalado uma loja maçónica, o general Bernardo Sepúlveda foi hóspede daquele titular, embora por pouco tempo, quando se deu a Revolução de 1820.

Oito anos mais tarde, João Manuel de Meneses, 2.º Marquês de Viana, que no ano anterior casara com a filha do Cunha (do primeiro matrimónio), Maria do Carmo, habita o palácio do Rato, herança de sua mulher após a morte da mãe, filha do Barão de Quintela.

Residência marcada por situações ambientais diversificadas e mesmo díspares, foi em tempo dos Marqueses de Viana que conheceu os maiores fastos sociais, num deslumbramento de festas que emprestaram ao largo, modesto e popular, a mais espectacular e brilhante vivência aristocrática, quase ímpar em toda a Lisboa do tempo.

Ficaram célebres os saraus, bailes, jantares e outras funções aí realizadas durante o cabralismo e primeiros anos do

---

<sup>68</sup> *Idem, ib.*, pp. 393-394. Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, p. 14. Júlio de Castilho, *ob. cit.*, V, p. 124, refere-se, erradamente, às origens do palácio do Rato, considerando que inicialmente pertenceu aos Marqueses de Viana, que afirma terem sido os seus edificadores «junto do sítio onde funcionou a antiga fábrica da loiça ...».

fontismo, tornados a grande animação da alta sociedade romântica da cidade.

Os seus salões acolheram o «tout Lisbonne», as mais belas e elegantes mulheres — condessa da Lapa (D. Francisca de Sousa), as Farrobos, D. Maria Constança da Gama (Marquesa de Nisa), Condessas da Anadia, da Ponte, do Lavradio e do Vimioso, Baronesas da Várzea e da Regaleira, Viscondessa da Campanhã, D. Maria Krus, que no seu palacete da rua Formosa reunia talvez o mais famoso salão literário da capital, e que, casada com D. Pedro Pimentel de Meneses de Brito do Rio, a má-língua apontava como amante de Garrett.

A realza não desdenhou frequentar o palácio dos Viana, como aconteceu, por exemplo, com o baile de máscaras de 1855, em que participaram D. Pedro V, seu pai, o rei D. Fernando de Saxe-Coburgo, e os infantes. Outra das frequentadoras era a infanta D. Ana de Jesus, Duquesa de Loulé pelo casamento.

Deslumbramento de trajes, penteados e jóias que se exibiam. Lançavam-se modelos que depois faziam moda e a que os cronistas de melhor recorte literário, Fialho inclusive, davam a conveniente cobertura.

Fialho, nas crónicas que assinou na revista *L'Abeille*, salientava as riquezas e luxos do palácio do Rato em tempo dos Marqueses de Viana — tapetes turcos das mais vivas cores; sofás e cadeirões cobertos de veludo «broché»; o «boudoir» da Marquesa com toucador todo de prata dourada em relevo, com seus 30 objectos de ouro que haviam pertencido à rainha D. Maria Ana de Áustria; baixela igualmente de ouro, requintado presente de Catarina da Rússia a um embaixador português e que o riquíssimo Barão de Quintela havia adquirido; cristais de Boémia e de Veneza; porcelanas, estatuetas e bronzes mobilavam e ornamentavam profusamente as diversas dependências.

«Nunca se fez melhor uso do poder, da riqueza, da superioridade de nascimento, e da posição social», escrevia, referindo-se também aos Viana, o romântico Garrett, liberal mas

janota mundano, que anti-Costa Cabral, sem ser Setembrista, acolhera o Fontismo.

Nos dias de festa, e eram muitos, o frontispício do palácio, iluminado por lanternas de variadas cores, reproduzia na noite os relevos da sua modesta arquitectura, recortando janelas, perfis de cimalthas e chaminés.

Cá fora, o povinho acorria a ver passar as carruagens brazonadas ou de aluguer, acotovelando-se num deslumbramento basbaque e reverente perante o desfile dos sumptuosos vestidos e cintilantes jóias que entravam a porta do palácio, entre criados de libré e tufos de camélias. Gozava à sua maneira, do outro lado da situação, entrevedo pelas janelas, as sombras que se movimentavam nos salões iluminados por centenas de velas dos grandes lustres de cristal.

Por esse tempo o palácio tinha salões de jogo, sala de retratos e a grande sala de jantar, dividida por colunas, apresentava as paredes revestidas de mármore coloridos. Por toda a parte, além das preciosidades já referidas, mobílias marchetadas de tartaruga, contadores, poltronas regência, espelhos Pompadour, soberbas faianças, num gosto de rico ecletismo, mundano e romântico.

Arruinaram-se os Marquesses, as riquezas do seu palácio dispersaram-se e, com elas, o próprio edifício foi alienado<sup>69</sup>.

Em 1876 Luís Coutinho de Albergaria Freire, Visconde de Monforte, único do título, arrematou-o em hasta pública, por 51 contos e 100 mil réis, para sua residência. Mas, casando em 1859 sua filha, Maria José Coutinho de Albergaria Freire, com o micalense António Borges de Medeiros Dias da Câmara e Sousa, filho dos Viscondes da Praia (ilha de S. Miguel), feito Conde e Marquês da Praia e de Monforte, respectivamente em 1881 e 1890<sup>70</sup>, o palácio do Rato passou para esta família, que

<sup>69</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, III, pp. 396-400.

<sup>70</sup> *Nobreza de Portugal*, III, pp. 177-178. Indica-se erradamente a morte do 1.º Marquês da Praia e de Monforte em 1903, quando ela ocorreu, de facto, em 1913. Também há erro na referência ao título de Visconde da

assim foi o seu sexto proprietário, transmitido por herança materna ao 2.º Marquês daquele título. Falecido este em 1907 ou 1908 (ainda em vida de seu pai), veio a propriedade a ser subdividida pelo seu primogénito, que usou o título por autorização de D. Manuel II, já no exílio, e por sua tia-avó, D. Maria Francisca, filha do 1.º Marquês, por casamento Condessa de Cuba. Esta senhora, que morreu em 1945 sem filhos, deixou por herdeiro da parte que lhe pertencia, Pedro de Sousa e Holstein Beck, da família Palmela, mantendo-se assim, ainda hoje, dividido o palácio por dois proprietários: herdeiros do 3.º Marquês da Praia e de Monforte e Palmelas.

Em tempo do Visconde de Monforte o edifício recebeu concertos e arranjos vários, nomeadamente na suite de salas, de novo estucadas, e que se diz pintadas por artistas franceses, assim como na chamada «sala chinesa», por sobre cuja porta central está a data de 1880, em quadro relevado. Por sua vez, Jorge Pinto e Pereira Cão<sup>71</sup>, este último pintor decorador a cuja autoria pertencem a cúpula da escadaria e o tecto do salão nobre da Câmara de Lisboa, além de numerosos trabalhos em palácios e outros edifícios públicos ou particulares (Ajuda, Palmela, Teatro Apolo, etc.), assinaram em 1883 os painéis do tecto de diversas outras salas, cujo conjunto reve-

---

Vila da Praia, quando na realidade se trata de um simples lugar do concelho de Vila Franca do Campo (Ilha de S. Miguel). Igualmente é incorrecto o aludido parentesco do 1.º Marquês da Praia com sua mulher, filha dos Viscondes de Monforte. Finalmente, as datas do nascimento, casamento e morte do 2.º Marquês deste título são incorrectas, devendo corrigir-se para 22-7-1861, 1882 e 25-6-1908, respectivamente, conforme notícia colhida do 3.º Marquês.

<sup>71</sup> Não conseguimos informações sobre este pintor Jorge Pinto. O *Dicionário da Pintura Universal* não o menciona, o mesmo acontecendo com Wolkmar Machado e Taborda. Quanto a Pereira Cão (José Maria Pereira Cão Jr.), nasceu em 1841 em Setúbal e morreu em 1921 em Lisboa. Como pintor decorador trabalhou para os afamados cenógrafos Cinatti e Rambois, tendo praticado outros géneros, nomeadamente naturezas mortas, pinturas e painéis de azulejos (*Dicionário da Pintura Universal*, III).

lava o ecletismo fantasioso, um tanto banal, dum gosto que ainda projectava formulários românticos.

A parte actual dos Praia; que dá para o largo, é o resultado de reddecorações, modernizações e nova disposição introduzidas a partir de 1922, onde se descortinam intenções de carácter pragmático.

Sem estilo definido, arquitectonicamente o palácio do Rato não passa de uma grande casa burguesa dos fins de setecentos, talvez pelas transformações de meados do século passado.

Quanto à capela, integrada na parcela dos herdeiros Palmeira, a sua construção é da responsabilidade do Marquês de Viana, sob risco do architecto do Infantado, Manuel Joaquim de Sousa, e situa-se, vimos, em terreno antes ocupado pela Fábrica da Loíça, que aquele comprou em 21 de Março de 1839. Com entrada pela calçada Bento da Rocha Cabral, foi sagrada em 14 de Dezembro de 1846 <sup>72</sup>.

É de pequena dimensão, nave única, capela-mor profunda e dois altares laterais, com decoração neo-classizante.

No tempo dos Viana era evocada a Nossa Senhora da Bonança, com os altares respectivamente a S. Joaquim e a Santa Ana, mas o Marquês da Praia dedicou-a a Nossa Senhora da Conceição, mudando também as outras devoções para Nossa Senhora das Dores e Santo Cristo.

Nela se realizou em 10 de Janeiro de 1868, com grande pompa, o casamento do Conde de Vila Nueva de Torres com a filha dos Barões de Ortega.

Se o palácio do Rato imprimiu ao largo uma especial animação, diferente das que lhe vinham marcando a existência de zona suburbana, o progresso urbanístico que Lisboa conheceu desde o fim da década de 70, com o início do rompimento da Avenida da Liberdade, reflectiram-se no velho espaço, modernizando-o, inserindo-o nas novas perspectivas.

---

<sup>72</sup> Júlio de Castilho, *ob. cit.*, V, p. 124, refere o artigo de Garrett sobre a sagração da capela do palácio do Rato, in *Obras*, T. XXIV, p. 293.

A Avenida, eliminando a Praça da Alegria de Baixo e cortando a rua do Salitre, gerou dois novos bairros, a nascente e a poente. Deste lado, em terrenos pertencentes ao capitalista Barata Salgueiro, mas que nos começos do século XVIII eram parte da já mencionada Quinta de D. Helena, em Fevereiro de 1755 transferidos para os Oratorianos, que os foram aforando consoante os seus interesses.

Integrado também na urbanização da Lisboa dos fins de oitocentos é o traçado da rua dedicada a Alexandre Herculano, de acordo com o que, desde 1878, era a competência camarária de baptizar vias como homenagens cívicas.

No lado norte desta rua situava-se, com inauguração em 1 de Dezembro de 1927, o Mercado do Rato, oficialmente Mercado 1.º de Dezembro, que veio substituir o que provisoriamente aí fora estabelecido anos atrás <sup>73</sup>.

Do casario que nela foi construído, destaca-se, quase junto ao largo, do lado esquerdo, a residência do architecto Ventura Terra, prémio Valmor 1903, e o revivalismo esotérico de Quartin, igualmente com este galardão.

Do lado oposto, o edifício da Auto Industrial ou Auto Palace, dos começos do século (1903-1905), atribuído a Eiffel, mas possivelmente de colaboradores.

As últimas modernizações do largo do Rato, que também foi conhecido por largo do chafariz do Rato e a que em 1910 chamaram de praça do Brasil, para em 1949 voltar à primitiva designação, que afinal o vulgo nunca lhe retirara, as últimas modernizações, iamos a dizer, traduziram-se na abertura, nos anos 30, da avenida Álvares Cabral, ligando-o à Estrela, projecto vindo de trás, e nas obras que na mesma década lhe deram a conformação actual, vasta mas sempre irregular.

Com a abertura desta avenida desapareceu o improvisado teatrinho de madeira inaugurado em 7 de Maio de 1925 <sup>74</sup>,

<sup>73</sup> Norberto de Araújo, *ob. cit.*, III, p. 16.

<sup>74</sup> *Idem, ib.*, pp. 15-16.

depois transformado em cinema, integrado nuns prédios à esquina da rua do Sol oriundos da transição do século XVIII para oitocentos, igualmente demolidos. Chamava-se Teatro Joaquim de Almeida este rudimentar espaço de lazer modesto, surgindo na sequência de outros congéneres, como o chamado Teatro do Rato, no sítio de barracões das oficinas da Sociedade Portuguesa de Automóveis, com inauguração em 27 de Março de 1880, que o fogo devorou em 1906, e que alguma glória conhecera com a actuação de alguns artistas de nomeada, como por exemplo Adelina Abranches <sup>75</sup>.

A este último teatro, deram-lhe inicialmente o nome de Novo Teatro das Variedades, com ampla entrada para o largo no sítio da chamada Quinta do Ferreira.

Foi seu empresário um tal Dr. Couceiro, tendo o autor Macedo como director e ensaiador, dirigido musicalmente por um maestro de nome Lagrange.

Três vezes foi à praça em 1881, a última das quais em 23 de Março por acção movida pelo proprietário do terreno, Marquês Francisco Palavicini. De resto, teve sempre vida precária esta sala onde se representaram peças como «Maria da Fonte», com travesti de Adelina Abranches na figura Fagulha, que mereceu caricatura de Rafael Borlalo Pinheiro, «O Mar e Guerra» e «Gaiato de Lisboa» <sup>76</sup>.

O teatro em Portugal começara a manifestar adesão a preocupações sociais ao mesmo tempo que a chamada Regeneração Fontista venceu o Cabralismo e se lhe substituiu.

«Homens de Mármore», de Mendes Leal (1854), é «drama de actualidade» afrancesado, comédia social ou melodrama ao gosto de «A Dama das Camélias», mas saudado como ultrapassagem do drama histórico e do romantismo.

Como aquele autor, Ernesto Biester, seu cunhado, cuidavam-se realistas, na mistura frequente de conflitos íntimos

<sup>75</sup> Idem, *ib.*, p. 16.

<sup>76</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, III, pp. 391-393.

com problemática sentimentalmente social, de intuítos notoriamente moralizantes, em que a sua fecunda produção dramática abundantemente se envolvia.

Outros lhes seguiram os esquemas e os propósitos colhidos do figurino francês, despreocupados de outras exigências estéticas que não fosse a actualização de roupagens, mas avançando no gosto pelo espectacular quando se tratava de temáticas diferentes, em peças sérias ou de géneros ligeiros, como as «mágicas» e as «revistas», introduzidas em Lisboa desde os começos da década de 50 e também de matriz parisiense.

Fantiosas ou grosseiras na crítica a personalidades ou situações, tiveram larga audiência de público quando lhe não atingiam as estruturas mentais ou os seus quadros sociais de referência <sup>77</sup>. Era assim nos cinco principais teatros da cidade, D. Maria II e Trindade (1868) inclusive, como o foi nos de mais modestos atavios, recursos e frequentadores, caso do Teatro do Rato, que um jornal da capital, no dia seguinte ao da inauguração descrevia, no entanto, como «casa de espectáculos (...) bonita, decente, com uns ares de elegância desprezenciosa, salão de sophás estofados, ouvreuses para abrir os camarotes e obsequiar as senhoras, boa iluminação dando relevo às alegres decorações» <sup>78</sup>.

Possivelmente exagerada ou complacente a apreciação jornalística do arranjo daquele teatro, talvez por entendimento com o empresário na mira de garantir afluência de público às peças estreadas — «Leal Martírio e Glória de Torquato-o-Santo», da autoria de Mendes Leal, e «O Crime do Bemformoso», de Costa Braga.

---

<sup>77</sup> Sobre a situação do teatro em Lisboa na 2.ª metade do século XIX, ver José Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, IV e V.

<sup>78</sup> *Diário de Notícias* de 28-3-1880, in Gustavo de Matos Sequeira, *ob. cit.*, p. 390.

A primeira, peça de conteúdo religioso com música e coros, servida por «razoavel orchestra», era apresentada como assunto «discretamente tratado» pelo autor e o espectáculo, no conjunto, como «êxito total», vaticinando-se, finalmente, «futuras prosperidades», que a pateada com que os «mais de quinhentos» espectadores distinguiram a comédia em um acto de Costa Braga se encarregava de corrigir.

Em todo o caso, importa sublinhar que o reportório do Teatro do Rato, desde a inauguração, é sintomático da persistência de um gosto atardado, conservador, afinal ainda ligado ao drama histórico, como o chamado «drama de actualidade» ou «Comédia-drama» o fora, não logrando ser mais do que variante do melodrama romântico, tendência de esquemas estereotipados profundamente convencional, vasada sobre aparências de dialéctica simplista, retoricamente moralizante e controladora nos propósitos, quer tratando-se dos originais portugueses, quer das abundantes traduções de peças francesas, como por exemplo, «As Duas Órfãs», de D. Ennery (1875).

## CONCLUSÃO

O Largo do Rato, peça fundamental da vida lisboeta, placa distributiva tentacular indispensável à viação acelerada de uma cidade que baçamente se foi desenvolvendo, tornou-se progressivamente confluência e simbiose de diversas situações, síntese dos mais variados espaços urbanos e utensias sociais, como coração da modesta capital portuguesa.

Na história da cidade, foi demoradamente logradouro de área arrabaldina, com suas serventias rudimentares, escassa e dispersamente ocupado por rurais e artesãos.

Foi abrigo de desalojados e espaço significativo da evolução económica setecentista. Como tal, objecto de acções de urbanização que, nem por desligadas de um plano articulado, que

a conjuntura em que se processou a reconstrução pombalina não consentia e a «Viradeira» não favoreceu, se reveste de menor interesse para a compreensão das futuras acções promotoras do desenvolvimento de Lisboa, que acompanhou, coracão que foi até à sua maior expansão, área fulcral para o escoamento em todos os sentidos que é, numa cidade que nunca mais encontrou autenticidade arquitectónico-urbanística depois do plano pombalino de reconstrução da sua Baixa.

Ponta Delgada, 31 de Julho de 1984